



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 3/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

25 DE ABRIL DE 2026

PRESIDENTE: Jorge Gaspar

1ª SECRETÁRIA: Ana Borges

2ª SECRETÁRIA: Patrícia Rei

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Auditório do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte sequência:

- **Momento solene comemorativo do 25 de Abril;**

- **Ordem do dia:**

. **Período Antes da Ordem de Trabalhos;**

. **Intervenção do Público;**

. **Ordem de Trabalhos:**

1. **Aprovação da ata da sessão anterior;**

2. **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro;**

3. **Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2025;**

4. **Proposta da Conta Gerência do ano de 2025.**

Antes de iniciar a reunião, e porque o 2º Secretário da Mesa não estava presente, o Sr. Presidente da Assembleia convidou a Sra. Deputada Patrícia Rei para desempenhar aquela função na reunião. -----

A reunião iniciou com a chamada feita pela Sra. 1ª Secretária, tendo-se verificado a presença dos Srs. Deputados Jorge Gaspar, Vanessa Milheiriço, Ana Borges, Adérito Garcia, Mauro Nogueira, Victor Moraes, Isabel Lobato, Patrícia Mourão, Patrícia Rei, Gonçalo Ramalho, Aníbal Lobato, Mariana Martins, Paulo Lourenço, Fernando Martins, Teresa Amaral, Hélder Carboila, Hugo Gaspar, Dora Santos e António Aidos. -----

Estiveram também presentes, o Sr. Presidente da Câmara, Pedro Rosa, o Sr. Vice-Presidente, Duarte Batista e os Srs. Vereadores Pedro Duque e Miguel Alves. -----

Não estiveram presentes, os Srs. Deputados Aida Batista, Joaquim Serras, César Marques, Adriano Martins, Miguel Pita Alves e Carlos Duarte, tendo justificado antecipadamente as suas faltas e fazendo-se substituir, respetivamente pelos Srs. Deputados, Vanessa Milheiriço, Mauro Nogueira, Isabel Lobato, Gonçalo Ramalho, Teresa Amaral e Vítor Moraes.

MOMENTO SOLENE COMEMORATIVO DO 25 DE ABRIL

O Sr. Presidente da Assembleia iniciou a reunião com o momento solene comemorativo do 25 de abril, passando a palavra à Sra. Deputada Ana Borges, cuja intervenção a seguir se transcreve: -----

"25 de Abril

Muito boa tarde a todos.

Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores presidentes de Junta, senhores Deputados, Sardealenses.

Eu não venho fazer propriamente um discurso. Venho antes partilhar um exercício de reflexão sobre Abril. O NOSSO Abril.

Foi há 52 anos que Portugal escolheu deixar de ser um país a preto e branco para se pintar com as cores da Liberdade e da Esperança. É por esta razão que hoje assinalamos esta data, mas para compreendermos bem o que foi esta Revolução, temos de olhar mais para trás, para os 48 anos sob o jugo da ditadura mais longa da Europa Ocidental.

Para os que já não se recordam e para os que mal ouviram falar, foi o tempo do "lápiz azul", que silenciava a Imprensa e a Arte; da teimosia de uma Guerra Colonial que consumia a

juventude e os recursos do país; da vigilância constante da PIDE, que transformava o silêncio num instinto de sobrevivência; e do Medo, sobretudo, do Medo.

O povo aguentou muito, tudo o que podia. Mas chegou uma altura em que foi necessário dizer BASTA! O golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) não foi apenas uma ação militar; foi o culminar de um cansaço profundo e o despertar de uma vontade coletiva de mudança.

A Liberdade foi a primeira conquista: liberdade de expressão, de associação, de voto e de escolha.

Com esta Liberdade veio a Democracia, e o povo passou de espectador a protagonista. Deixámos de ser súbditos de um regime para passarmos a ser cidadãos de pleno direito. Mas também vieram outros valores, como o Respeito pelo outro e a Tolerância, porque numa democracia a diferença é vista como uma mais-valia.

"A liberdade é o direito de dizer às pessoas o que elas não querem ouvir." — a frase não é minha, é do escritor George Orwell.

Abril ensinou-nos que a convivência democrática exige de cada um de nós a capacidade de ouvir quem pensa de forma completamente oposta à nossa. O respeito pelo outro é a base da paz social e o antídoto contra os extremismos que, por vezes, tentam reerguer muros que acreditávamos estarem para sempre derrubados. Assim, não podemos celebrar Abril como algo que aconteceu e está lá para trás no tempo. Abril, o NOSSO Abril, não ficou em 1974. A Liberdade não é um estado estático; é um exercício que todos devemos fazer diariamente. Celebrar esta data é reafirmar o compromisso de combater a desigualdade, a exclusão, a pobreza e a indiferença.

O Portugal de hoje está irreconhecível face ao de 1974. A Revolução trouxe transformações estruturais que durante muito tempo demos como garantidas: foi criado o Serviço Nacional de Saúde, democratizou-se o Ensino, as mulheres alcançaram o fim da discriminação legal e conquistaram a igualdade perante a lei, deixámos de estar "orgulhosamente sós" e começámos a trilhar caminho para um país moderno, plenamente integrado na Europa.

Mas é também o Portugal de hoje que enfrenta cada vez mais dificuldades sociais, económicas e políticas, que resultam no enfraquecimento dos ideais de Abril. Continuamos a ter enormes desigualdades no acesso à Saúde, à Educação e às Oportunidades. A maior parte dos salários e das pensões continuam a não acompanhar o aumento do custo de vida. A dificuldade de acesso à habitação é cada vez maior, sobretudo nas camadas mais jovens. A crescente desconfiança nas instituições leva a que os cidadãos se afastem cada vez mais da participação cívica, o que começa a colocar em risco o espírito democrático que Abril procurou construir.

Não vou maçar-vos muito mais com a minha aula de História.

Toda a minha retórica anterior serve apenas um propósito, que é o de concluir pela enorme necessidade de despertarmos os valores de Abril e de continuarmos, cada um de nós, a contribuir para a construção de um Portugal livre e igual.

Vamos honrar os capitães de Abril e o povo que, há 52 anos, saiu às ruas para garantir a nossa "Liberdade".

Viva a Liberdade! Viva o 25 de Abril!" -----

De seguida, tomou a palavra o Sr. Deputado Aníbal Lobato, para referir o que a seguir se transcreve: -----

"Assembleia Municipal de 25 de abril de 2026

Excelentíssimos.....

Caros Sardoalenses.

Caros Colegas, desta Assembleia Municipal.

Celebramos hoje, a mais importante data da Democracia em Portugal.

Mais do que uma data no calendário, o 25 de Abril é a raiz da nossa convivência democrática, é o alicerce sobre o qual construimos o Presente e fundamentamos o Futuro. Muitas vezes esquecemos que, antes de 1974, as decisões sobre as nossas ruas, as nossas escolas, o nosso bem-estar, entre outros, eram tomadas e impostas por quem estava longe do Sardoal, sem haver consulta aos de cá, sem a opinião e sem o rosto daqueles que tentavam servir a população, o dito poder local, na altura, não era real.

Foi o 25 de Abril de 1974 que deu a palavra ao povo, aos cidadãos e a autonomia às nossas terras.

Estar aqui hoje, nesta Assembleia Municipal, é o maior tributo que podemos prestar aos Capitães de Abril. Este, é o espaço do debate, é o espaço da diferença de opinião e, acima de tudo, é o espaço do compromisso com o bem comum dos Sardoalenses.

Aqui, a democracia tem de ser verdadeira, para que um trabalho contínuo e profícuo, fruto do debate de ideias, possa alcançar melhores resultados, para proporcionar melhores condições de vida para a nossa população.

Contudo, celebrar Abril não é apenas olhar para o passado com nostalgia.

Cinquenta e dois anos, nos separam da madrugada em que as senhas da liberdade ecoaram na rádio.

Para muitos de nós, o 25 de Abril de 74, é uma memória viva, feita de cravos e de esperança.

Mas para os nossos jovens, o 25 de Abril é, muitas vezes, uma página de um manual de História.

Mas hoje, nesta Assembleia, importa dizer que a liberdade não é uma peça de museu: é um organismo vivo que precisa de ser alimentado todos os dias e que exige cuidados constantes.

Aqui, no Sardoal, como em tantas outras vilas do interior, a liberdade era um sussurro e o futuro era, para muitos, a emigração ou a guerra colonial. Recordar o 25 de Abril é honrar os capitães, mas também os sardoalenses que, no dia seguinte, saíram à rua com a esperança de que a água canalizada, a eletricidade, a escola e a saúde passe a ser para todos, deixariam de ser privilégios para passarem a ser direitos.

O Poder Local, nasceu desta revolução, e assim foi dando rostos, poder e dignidade à nossa terra.

Pilares como: a habitação, a sustentabilidade, a justiça social, os jovens, a educação, o bem-estar das crianças, a saúde para todos, a empregabilidade e a estabilidade financeira das famílias, são somente exemplos de conquistas que ao longo destes anos, ditos, de Liberdade, foram sendo bandeira política, dos partidos e governos do pós 25 de Abril, mas muito ainda há por fazer.

Contudo, hoje, infelizmente, confunde-se liberdade com libertinagem. O populismo conquistou o eleitorado, a mentira, a falsidade e o desrespeito político pelos cidadãos, tornou-se moda, e como diz o povo, uma inverdade dita muitas vezes passa a ser verdade.

Mas, seremos nós, que aqui estamos, eleitos pelo povo e para o povo, que teremos de lutar contra tudo e contra todos, combatendo todo este radicalismo e populismo demagogo que presentemente nos deparamos todos os dias, ou nas redes sociais, ou até no próprio Parlamento na Assembleia da República.

Temos de conseguir que o Socialismo e a Social Democracia, conquistada em abril de 74 pelos fundadores da liberdade, perdure, e que perdure sempre mais forte e credível, para que o povo se reveja e se sinta seguro com um futuro mais prospero.

Agora uma palavra para os jovens Sardoalenses.

Sardoal, a nossa velha “Vila Jardim”, deve ser um exemplo, de como a proximidade e a identidade nos define, as oportunidades devem e têm de ser reais para vós, poderem fixar-se, constituir família e até trabalharem com estabilidade.

Pois a Liberdade de hoje, para um jovem Sardoalense, tem de significar mais do que o direito de voto. Tem de significar o direito ao futuro na sua terra.

A Liberdade de hoje é a vossa ferramenta para combater a indiferença.

Precisamos, de todos vós, da vossa irreverência para pensar e preparar o Sardoal para um futuro prospero e apelativo para todos.

Queremos que fiquem, que criem, que produzam, que questionem e que não permitam que o medo ou o populismo corroam o que tanto custou a erguer.

A democracia só será plena, quando o vosso entusiasmo e rebeldia se juntar à experiência dos mais velhos, sábios e sabido das necessidades prioritárias para o nosso Sardoal.

Mas que tudo isto possa ser real, precisamos que, vós não sois só jovens passivos na política local, precisamos sim, que sois ativos politicamente, que tenham voz e demonstrem nos locais próprios, que têm a sabedoria e visão sobre o nosso Sardoal e como ajudar a dinamizar um futuro que será, também, o vosso futuro no Sardoal.

Caros colegas, Abril cumpre-se, sempre que um Município Sardoalense, sinta, que a sua voz conta, e é tida em conta, tanto para o Executivo da Câmara Municipal, como para esta Assembleia Municipal.

Confirmando que os nossos esforços são e serão sempre para um futuro mais promissor e profícuo para todos, sem exceção, com imparcialidade, igualdade e principalmente com transparência, para contribuirmos, todos, para melhorarmos as condições de vida dos Sardoalenses.

Honremos, pois, todos, nesta casa, o legado de 25 de Abril de 74, com muito trabalho e muita coragem política, para tomarmos as decisões certas que o nosso Concelho precisa, para que cresça, com sustentabilidade, equidade e imparcialidade, e que um dia possamos vir a ser um exemplo Nacional, de um Concelho pequeno, mas muito, muito grande em valores.

Pelas conquistas de 1974, pelos Capitães de Abril e pelas ambições do futuro.

Viva a Liberdade! Viva o 25 de Abril! Viva o Sardoal!” -----

Tomou a palavra a Sra. Deputada Patrícia Rei referindo o que a seguir se transcreve: -----

“Boa tarde, cumprimento o Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Sardoal; a Senhora Secretária da mesa; os membros do executivo camarário; os meus colegas deputados; os funcionários municipais que estão a trabalhar para que esta sessão ocorra; a comunicação social e a todos os que nos acompanham aqui no auditório, ou através dos meios digitais.

Não irei fazer um discurso erudito, nem longo.

Intervenho neste momento de homenagem ao 25 de abril de 1974 porque pretendo recordar o que se conseguiu com a Revolução dos Cravos, sobretudo àqueles que como eu nasceram depois dela e por isso, mais facilmente, não têm presente como se vivia no “tempo da outra senhora” e que, no seu dia-a-dia estão a desvalorizar ou até, com a suas opções menos pensadas, a pôr em causa essas conquistas.

Sinto o momento atual, no mundo, como um limbo, onde de um lado estão os valores que o 25 de abril nos trouxe, e que eu muito prezo, como a liberdade, a democracia, a igualdade e a paz e, do outro, um retrocesso a uma cultura de medo, de poder absoluto, de obscurantismo...

Por isso, é hoje e sempre fundamental recordar de forma muito objetiva o que significou abril.

Antes do 25 de abril:

Não podias votar em liberdade. Os atos eleitorais não eram livres nem democráticos, funcionavam apenas como um mecanismo de legitimação da ditadura.

Não podias expressar-te. A censura revia textos e imagens, eliminando qualquer conteúdo que não fosse do agrado do governo.

Não podias discordar. A Polícia Política vigiava os cidadãos e, quem falasse mal do regime, mesmo que em privado, podia ser preso.

Não podias viajar livremente. Obter um passaporte era um processo demorado e caro, que exigia autorizações oficiais e um atestado de “bom comportamento” por parte da autarquia local.

Não podias reunir-te. Não havia liberdade de reunião e de associação.

Não podias beijar. Não era permitido namorar na rua.

Não podias ter férias pagas. Ter férias pagas era uma miragem para a maioria e os dias de férias eram poucos.

Não podias sonhar com um curso. Só depois do 25 de Abril a Constituição passou a consagrar o direito dos cidadãos à educação, até lá, tirar um curso era quase só para privilegiados.

Não podias defender-te. A Justiça estava subordinada ao poder político e servia frequentemente como ferramenta de repressão.

Não podias adoecer. Não existia Serviço Nacional de Saúde e o acesso à saúde dependia da capacidade financeira de cada um.

Não podias ser Europeu. Só depois de abolir a ditadura, Portugal pôde integrar a Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

E, como mulher, não posso deixar de realçar que antes do 25 de abril nós mulheres, entre outras coisas:

- Não podíamos votar em pé de igualdade com os homens.*
- Não podíamos ser magistradas nem diplomatas. Nem tão pouco enfermeiras se fôssemos casadas.*
- Não podíamos trabalhar no comércio, sair do país ou abrir uma conta bancária sem autorização do marido.*
- As professoras não podiam casar sem autorização oficial, tendo o marido de provar ter rendimentos superiores aos delas.*

A ditadura era limitativa para todos, mas para as mulheres, em particular, era um regime que as tentava reduzir à condição de mães e donas de casa.

Por tudo isto, não desbaratemos o que foi tão difícil de conseguir!

Viva o 25 de Abril! Viva o Sardoal! Viva Portugal!" -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, cujo discurso a seguir se transcreve: -----

"Exmo. Sr. Presidente da Câmara,

Exmos. Vereadores,

Caros Deputados,

Minhas senhoras e meus senhores.

Celebrar o 25 de Abril:

- É celebrar a coragem de um povo que, em 1974, recuperou a liberdade, depois de décadas de censura, medo e silêncio imposto;

mas também,

- É recordar que a democracia não nasceu por acaso.

Foi conquistada com risco, com determinação e com a convicção profunda de que a dignidade humana exigia liberdade de pensamento, de expressão e de participação.

Hoje vivemos num país livre.

Mas a liberdade não se esgota no momento em que é conquistada e não é um estado garantido!

É um exercício permanente.

E no nosso tempo, esse exercício enfrenta novos desafios.

Mais subtis, não menos relevantes e com impactos para o nosso futuro, que, digo eu, ainda não se conhecem bem, nem parecem gerar a preocupação devida.

Felizmente, e finalmente, começam a surgir decisões políticas, na minha opinião, tardias, que evidenciam alguma consciencialização deste problema.

É sobre esta realidade, que me proponho fazer uma pequena reflexão, tão necessária nos nossos dias, tentando assim dar um pequeno contributo para travar ou contrariar essa realidade, porque, infelizmente, passado mais de meio século, estamos a deixar fugir algumas das conquistas de Abril.

Sobre este tema muito haveria que falar, no entanto, vou focar-me hoje apenas nalguns pontos, em que a dinâmica das redes sociais contribui profundamente para esta preocupante situação.

As redes sociais, apesar de ampliarem a comunicação e aproximarem pessoas, infelizmente também fragilizam, de forma muito preocupante, várias liberdades conquistadas com o 25 de Abril, trazendo outras formas de condicionamento que não existiam em 1974.

Não são imposições externas nem físicas, mas são pressões internas e parciais, que, proporcionando uma aparente e ilusória satisfação, moldam comportamentos e influenciam perceções.

São exemplos e devem-nos preocupar a todos:

- A erosão da liberdade intelectual, quando a velocidade substitui a reflexão;

- A perda de pensamento próprio, num ambiente onde a repetição vale mais do que a verdade;

- A redução da capacidade de análise, num espaço dominado por estímulos rápidos, ecos que repetem o que agrada e conclusões fáceis;

- A proliferação de abordagens superficiais, que transformam temas sérios em slogans descartáveis;

- A fragilização da crítica responsável, trocada por ataques impulsivos e, infelizmente, cada vez mais violentos;
- A ausência de opinião fundamentada, substituída por certezas fáceis e instantâneas;
- A crescente descredibilização das Instituições democráticas, em resultado de discursos simplistas, polarizadores e conspirativos;
- E, claro está, com estas condições de pressão e temperatura, surge o terreno fértil para populismos, agressividade verbal, notícias falsas e desinformação, amplificadas por algoritmos que manipulam emoções em vez de argumentos e rigor.

Estes fenómenos não anulam a liberdade conquistada em Abril, mas condicionam-na, limitam-na e distorcem-na.

Criam ruído onde devia haver debate;

Criam divisão onde devia haver diálogo;

Criam certezas artificiais onde devia haver procura de verdade.

Mas tal como em 1974, também hoje a inversão desta realidade está ao nosso alcance, mas só será conseguida, se cada um de nós, à sua medida, se envolver nesse propósito com compromisso e de forma responsável.

Não sendo tarefa fácil, nem de resultados rápidos, nós, enquanto cidadãos teoricamente mais ativos na atividade política, temos uma responsabilidade acrescida e, dentro das nossas possibilidades, deveremos ser um exemplo para a nossa comunidade, também nesta matéria.

Salvo melhor opinião, o caminho a trilhar terá necessariamente que passar:

- *Por uma educação crítica, que ensine a distinguir informação de manipulação e valorize as fontes credíveis;*
- *Por uma responsabilidade individual, tomando consciência que cada publicação, cada partilha ou cada like, têm consequências;*
- *Por uma cultura democrática, que valorize o contraditório e rejeite simplificações perigosas;*
- *Por mais tempo e vontade para pensar, como estamos aqui a fazer hoje, porque a reflexão continua a ser o maior ato de liberdade;*
- *Por uma participação cívica consciente, que não se deixe guiar por impulsos, mas por convicções informadas;*
- *Por termos Instituições fortes, que promovam transparência, rigor e verdade;*

e

- *Por sermos cidadãos livres, que não abdicuem do direito e do dever de pensar pela própria cabeça.*

O 25 de Abril recorda-nos que a liberdade não é apenas um direito. É uma tarefa!

Uma tarefa que se renova todos os dias na forma como pensamos, na forma como discutimos, como decidimos e como contribuimos para a comunidade.

Por isso, este momento solene nesta nossa Assembleia Municipal, não deverá ser apenas um ato comemorativo ou uma memória ou uma evocação histórica.

Tem que ser de compromisso!

Compromisso com a liberdade, com a verdade, com a responsabilidade e com o respeito pela dignidade humana.

E também compromisso com um debate sério, informado e construtivo.

Abril deu-nos a liberdade, mas cabe a todos nós, não só vivê-la plenamente, mas também preservá-la, defendê-la e aprofundá-la.

Viva o 25 de Abril, Viva a Liberdade! Viva a Democracia!” -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Pedro Duque, referindo o que a seguir se transcreve: -----

“Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sardoal;

Exmºas Srªas Deputadas e Deputados da Assembleia Municipal;

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal;

Exmª Srª Veradora e colegas vereadores do executivo municipal;

Minha Senhoras e meus senhores,

Reunimo-nos hoje para assinalar o 25 de Abril de 1974, momento maior da história contemporânea de Portugal e marco fundador da nossa democracia.

Evocar esta data é revisitar um ponto de viragem decisivo, mas é também assumir, com consciência plena, a responsabilidade de dar continuidade ao seu legado.

O 25 de Abril não surgiu no vazio. Foi o culminar de décadas de um regime autoritário que limitava liberdades fundamentais, restringia a participação política e mantinha o país afastado das dinâmicas de modernização que transformavam outras sociedades europeias.

Num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, Portugal permaneceu durante demasiado tempo ancorado a uma realidade política fechada sobre si mesma, enquanto o mundo se transformava.

Foi nesse cenário que emergiu a coragem de militares e civis que, movidos por um profundo sentido de justiça, decidiram mudar o rumo da história. A revolução, conduzida de forma notavelmente pacífica, abriu caminho à liberdade de expressão, à pluralidade política e à construção de um Estado de direito democrático.

Contudo, mais do que um momento de rutura, o 25 de Abril foi o início de um processo exigente. A consolidação da democracia implicou escolhas difíceis, tensões políticas e profundas transformações económicas e sociais. A descolonização, a redefinição do papel do Estado e a integração europeia foram etapas determinantes desse percurso.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, representou um passo decisivo na afirmação do país no contexto internacional. Este processo permitiu modernizar infraestruturas, fortalecer instituições e aproximar Portugal dos padrões europeus de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, trouxe novos desafios, exigindo capacidade de adaptação a uma economia cada vez mais aberta e competitiva.

Hoje, ao olharmos para o percurso feito, reconhecemos avanços significativos, mas temos igualmente que reconhecer que nem tudo foi bem feito e que muito ainda há por fazer ou melhorar.

Portugal é uma democracia consolidada, integrada na União Europeia, com instituições estáveis e um quadro de direitos e liberdades amplamente reconhecido.

Mas seria um erro considerar que o projeto de Abril está concluído.

No plano nacional, persistem desafios estruturais que exigem atenção. As desigualdades económicas continuam a marcar a sociedade. O acesso à habitação tornou-se uma preocupação central, especialmente para as gerações mais jovens. O mercado de trabalho enfrenta tensões entre estabilidade e precariedade. E há ainda assimetrias territoriais que colocam em causa a coesão social.

Estas questões não são meramente económicas; são profundamente políticas. Dizem respeito à capacidade das governações responderem às necessidades concretas dos cidadãos.

Uma democracia que não garanta condições de vida dignas e um nível aceitável de expectativas quanto ao futuro, afastando a dúvida e a incerteza, sobretudo junto dos mais jovens, arrisca-se a perder a confiança daqueles que deve servir.

Por outro lado, assistimos a transformações no próprio funcionamento das democracias. A era digital trouxe novas oportunidades de participação, mas também novos riscos.

A desinformação, a polarização e a fragmentação do espaço público colocam desafios inéditos. A confiança nas instituições é testada, e o debate político torna-se, por vezes, mais marcado pela emoção do que pela razão e muitas vezes altamente condicionado por fatures populistas.

Neste contexto, o espírito do 25 de Abril assume renovada importância. Recordamos que a liberdade exige responsabilidade, que o pluralismo exige respeito e que a participação exige compromisso informado.

No plano internacional, o cenário é igualmente complexo. O mundo atravessa um período de incerteza geopolítica, com conflitos armados, tensões entre grandes potências e desafios globais como as alterações climáticas e as crises migratórias.

Em várias regiões, assistimos a retrocessos democráticos e à ascensão de regimes autoritários.

Estes fenómenos recordam-nos que os valores que Abril consagrou não são universais nem irreversíveis.

Há ainda hoje, em Abril de 2026, quem lute por direitos que em Portugal, consideramos há muito como adquiridos apesar de sermos uma democracia relativamente recente.

Há sociedades onde a liberdade de expressão continua a ser limitada, onde a participação política é restringida e onde a dignidade humana não é plena nem minimamente respeitada.

Neste quadro, Portugal tem uma responsabilidade acrescida.

Enquanto país democrático, integrado numa comunidade internacional que valoriza os direitos humanos, deve afirmar-se como defensor desses princípios. A sua história recente confere-lhe legitimidade para o fazer.

Mas essa afirmação externa só será credível se for sustentada por uma prática interna consistente. A qualidade da nossa democracia mede-se pela forma como tratamos os mais vulneráveis, pela capacidade de reduzir desigualdades e pela força das nossas instituições.

Celebrar o 25 de Abril é, portanto, um exercício de memória, mas também de exigência. Exigência para com o presente e responsabilidade perante o futuro.

Não basta recordar os acontecimentos de 1974. É necessário compreender o seu significado profundo. Abril representa a possibilidade de mudança, mesmo em contextos adversos.

Representa a força da ação coletiva e a importância de valores comuns.

Cabe a cada geração reinterpretar esse legado à luz dos desafios do seu tempo.

Hoje, essa responsabilidade traduz-se na necessidade de reforçar a confiança nas instituições, promover uma cidadania ativa e garantir que o desenvolvimento económico

se traduz em progresso social. Traduz-se também na capacidade de dialogar, de construir consensos e de respeitar a diversidade de opiniões.

A democracia não é um estado estático; é um processo dinâmico.

Requer vigilância permanente, participação informada e compromisso ético. Requer, acima de tudo, a consciência de que os direitos conquistados implicam deveres.

Ao evocarmos o 25 de Abril, homenageamos aqueles que tiveram a coragem de agir, mas só honraremos verdadeiramente esse legado se assumirmos a nossa própria responsabilidade na construção do presente.

Que saibamos, portanto, estar à altura desse marco da nossa história.

Que saibamos preservar e aprofundar e fazer perdurar os valores da liberdade, da justiça e da solidariedade.

E que saibamos, com sentido de dever e visão de futuro, continuar o caminho iniciado em 1974.

Porque Abril não é apenas passado.

É uma referência permanente.

Um compromisso vivo.

E uma tarefa inacabada.

Viva o 25 de Abril.

Viva a liberdade. "-----"

Por fim, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que cuja alocução a seguir se transcreve: -----

"Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia Municipal de Sardoal,

Tenente-Coronel Jorge Gaspar,

Exmos. Srs. Deputados Municipais

Exmos. Srs. Presidentes de Junta

Exmos. Srs. Vereadores e colegas do Executivo

Caros técnicos do Município que dão apoio à realização deste momento Solene e desta Assembleia

Caras e Caros Sardoalenses,

Celebramos hoje uma das datas mais marcantes da nossa história coletiva: o Revolução de 25 de Abril de 1974. Uma efeméride que não é apenas memória — é compromisso. Compromisso com os valores que conquistámos: a liberdade, a democracia, a dignidade humana e os direitos fundamentais que hoje damos como adquiridos, mas que nunca podemos considerar garantidos. O processo democrático é processo contínuo e reflete-se nas coisas mais simples do nosso dia a dia, sobretudo na tolerância para com o próximo e o respeito pela opinião e pela diferença.

O 25 de Abril devolveu-nos a voz, o direito de escolher, de participar, de pensar e de discordar. Deu-nos o direito à educação, à saúde, ao trabalho com dignidade, à igualdade de oportunidades. Estes direitos são o alicerce da nossa sociedade, e cabe-nos a todos — cidadãos e instituições — protegê-los e valorizá-los, repito, porque a liberdade não é um dado adquirido: é uma construção diária.

Num tempo em que assistimos a uma Europa e um Mundo em conflito, apenas com uma expressão similar na 2ª guerra mundial, somos confrontados com a fragilidade da paz e da democracia, nunca a liberdade esteve tão frágil ou foi um valor em risco. As guerras lembram-nos que os valores que hoje celebramos podem ser postos em causa. Por isso, é

essencial perpetuar a memória — não como um exercício nostálgico, mas como uma ferramenta de consciência. A história ensina-nos que a democracia exige vigilância, participação e responsabilidade.

Os Sardoalenses sempre souberam honrar estes valores. Com espírito resiliente e sentido comunitário, participaram ativamente na construção de um concelho mais justo, mais solidário e mais desenvolvido. O 25 de Abril vive também aqui — nas nossas associações, nas nossas escolas, na participação cívica, na forma como cuidamos uns dos outros. Aqui deixo um cumprimento às nossas associações surgidas no rescaldo de 74 e que muitas adquiriram o estatuto de utilidade pública.

E é precisamente na educação que reside uma das maiores garantias de liberdade. Uma sociedade informada, crítica e participativa é uma sociedade mais forte. A cidadania ativa — seja através do associativismo, da intervenção pública ou da participação democrática — é o melhor antídoto contra a indiferença e contra os riscos que ameaçam a liberdade individual e coletiva.

Hoje enfrentamos novos desafios. As novas tecnologias digitais e a inteligência artificial transformam profundamente a forma como comunicamos, decidimos e participamos e nunca foi uma ameaça tão presente na oferta de emprego disponível nas próximas décadas. Estas ferramentas trazem oportunidades extraordinárias, mas também riscos: desinformação, manipulação, perda de privacidade. Cabe-nos garantir que a inovação tecnológica está ao serviço da democracia e das pessoas, e não o contrário.

Marcamos hoje o 25 de Abril, mas também é importante marcar o percurso que esta democracia, ainda jovem, efetuou nos últimos 52 anos. O poder local comemora este ano os seus primeiros 50 anos, assinalados pelas primeiras eleições autárquicas em dezembro de 1976 e se olharmos para este percurso, este tem sido um dos pilares mais sólidos da democracia portuguesa. As autarquias estiveram — e continuam a estar — na linha da frente da resposta às necessidades das populações. Desde a melhoria das infraestruturas à promoção do desenvolvimento económico e social, o papel dos municípios foi determinante na transformação do país.

Mas os desafios do futuro exigem uma nova abordagem. A descentralização de competências e a reorganização territorial, com a nova Nut II, colocam-nos perante a necessidade de reforçar a capacidade de resposta do poder local, garantindo proximidade, eficiência e equidade. As autarquias terão de continuar a afirmar-se como agentes fundamentais na gestão de crises — sejam elas económicas, sociais ou mesmo sanitárias e climáticas — como recentemente ficou bem demonstrado. Primeiro com a epidemia Covid 19, agora com as tempestades Cláudia e Kristin, a capacidade de resposta e proximidade das Autarquias é por demais evidente.

Pese embora a reação rápida do governo, coube às Autarquias e sobretudo às suas estruturas operacionais e de proteção civil dar a cara e responder de imediato às necessidades individuais de cada cidadão. Aqui deixo um reconhecimento a todos os que estiveram na linha da frente e disseram presente, sejam eles Autarquias – Câmara e Juntas de Freguesia, Empresas, Instituições públicas e privadas e até mesmo o comum dos cidadãos. O prejuízo foi imenso, mas continuaremos a estar cá para o minimizar.

No interior, esse papel é ainda mais decisivo. O desenvolvimento dos territórios como o nosso depende, em grande medida, da capacidade de intervenção do poder autárquico. É

aqui que se criam condições para fixar população, atrair investimento, valorizar recursos locais e garantir qualidade de vida.

E é precisamente sobre o futuro que devemos refletir. O concelho de Sardoal tem oportunidades claras, mas também desafios exigentes. A habitação é uma prioridade — precisamos de criar condições para que as pessoas possam viver, trabalhar e constituir família no nosso território. O desenvolvimento económico é outro eixo central — apoiando o tecido empresarial, promovendo o empreendedorismo e valorizando os nossos recursos endógenos.

Temos de apostar na inovação, na sustentabilidade e na coesão social. Temos de continuar a investir nas pessoas, porque são elas o nosso maior ativo. E temos, acima de tudo, de preservar aquilo que nos define: a nossa identidade, a nossa história e o nosso sentido de comunidade.

Senhoras e Senhores,

Celebrar o 25 de Abril é renovar a esperança. É reafirmar que acreditamos num futuro mais justo, mais livre e mais solidário. Um futuro que depende de todos nós.

Que nunca nos falte a coragem de defender a liberdade.

Que nunca nos falte a memória para valorizar o que conquistámos.

E que nunca nos falte a vontade de construir um Sardoal e uma sociedade cada vez melhor.

Viva o 25 de Abril! Viva o Sardoal! Viva Portugal!" -----

ORDEM DO DIA

PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Sr. Presidente da Assembleia começou por elogiar todos os que contribuíram para o sucesso das celebrações da Semana Santa, considerando que poderia ter sido uma das edições com maior afluência de pessoas dos últimos anos. Destacou o trabalho realizado nos tapetes de flores, nas celebrações religiosas, nas procissões, no teatro de rua e noutras iniciativas associadas. Agradeceu o empenho do Município, da Paróquia, das Irmandades, da Santa Casa da Misericórdia, dos zeladores das capelas, dos trabalhadores municipais e de todos os voluntários que ajudaram a preservar uma tradição que considerou parte fundamental da identidade local. Relativamente aos tapetes de flores nas aldeias, referiu que, observando a situação de fora, tinha percebido a necessidade de uma reflexão sobre a forma como aquela tradição estava a ser promovida. Na sua opinião, tratava-se sobretudo de um problema de comunicação, sendo importante encontrar formas de incentivar os visitantes a deslocarem-se também às aldeias. Alertou que, caso isso não acontecesse, poderia haver uma perda gradual de motivação por parte das comunidades que mantinham aquela tradição. -----

Em seguida, felicitou o Município pela continuidade da cerimónia de homenagem aos combatentes, considerando-a uma iniciativa digna e defendeu que era importante garantir uma maior participação dos próprios homenageados, muitos dos quais já idosos e com dificuldades em aceder à informação através dos meios habituais de divulgação. Considerou que a comunidade devia ajudar a informar e a mobilizar estas pessoas para que pudessem estar presentes numa cerimónia que lhes era especialmente dedicada. -----
Por fim, deu os parabéns ao Executivo pelo regresso da Feira do Fumeiro e pelo sucesso alcançado. Destacou a qualidade e diversidade do programa, bem como o maior envolvimento dos produtores locais e dos centros sociais dos funcionários do Município e

dos bombeiros municipais. Considerou particularmente importante a participação dos referidos centros sociais, uma vez que a iniciativa lhes tinha proporcionado uma oportunidade de angariação de receitas. Agradeceu ainda à TAGUS pela parceria com o Município desde o início do projeto. Sublinhou que a feira não só atraía visitantes e beneficiava a economia local, como também representava uma iniciativa que a população do Concelho de Sardoal merecia ter no seu território. -----

Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou se mais algum deputado pretendia intervir e deu a palavra ao Sr. Deputado Fernando Martins que começou por felicitar o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo pela realização da Feira do Fumeiro, considerando que a iniciativa tinha sido um sucesso e manifestando o desejo de que tenha continuidade nos próximos anos. -----

Felicitou igualmente o Executivo pela decisão de deixar de utilizar máquinas para o corte da erva no centro histórico de Sardoal, optando por métodos alternativos, considerando que aquela medida já deveria ter sido implementada há mais tempo. Aproveitou, contudo, para questionar se o Município tinha pago indemnizações por danos alegadamente provocados pelas máquinas, nomeadamente em viaturas, portas e janelas, e, em caso afirmativo, qual o valor total dessas indemnizações. -----

De seguida, abordou a situação da Rua da Portela, encerrada ao trânsito desde 24 de janeiro, perguntando para quando estava prevista a sua reabertura. Manifestou preocupação com o facto de um edifício ter ruído para a via pública e referiu ter falado com o proprietário, que lhe tinha indicado que as obras necessárias rondariam os 50 mil euros, valor que não teria capacidade financeira para suportar. Perante esta situação, questionou qual a solução que o Município previa adotar, considerando que, sem intervenção municipal, o problema poderia manter-se por um longo período. -----

Por fim, informou que iria entregar por escrito ao Sr. Presidente da Assembleia um pedido de esclarecimento sobre o tempo de trabalho prestado por funcionários, máquinas e equipamentos do Município em benefício da Cooperativa dos Valhascos durante o ano de 2025. Explicou que pretendia completar um processo de pedidos de informação que tinha vindo a apresentar sobre aquele assunto. Referiu que, numa Assembleia anterior, o Sr. Presidente da Câmara tinha indicado que o Município recebera da Cooperativa três garrações de azeite como contrapartida e afirmou querer saber qual tinha sido o valor dos recursos disponibilizados pela Câmara para avaliar se existiu um equilíbrio entre o apoio prestado e a compensação recebida. Considerou que, tratando-se de uma Cooperativa de associados, essa relação devia ser devidamente esclarecida e justificada. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara que começou por responder ao pedido de informação apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Martins relativamente ao apoio prestado a cooperativas do Concelho. Esclareceu que a contrapartida referida pelo deputado não dizia respeito à cooperativa em causa, mas a outra entidade. Acrescentou que os apoios municipais às cooperativas eram uma prática antiga e regular, enquadrada através de protocolos com aquelas cooperativas. Indicou ainda que, no caso referido, o apoio municipal representava cerca de 50% do valor do serviço de transporte das águas ruças para tratamento e comprometeu-se a fornecer posteriormente os dados solicitados. Sobre a situação da Rua da Portela, explicou que o Município estava a acompanhar de perto a derrocada ocorrida e mantinha contacto direto com o proprietário do imóvel. Reconheceu que se tratava de uma situação difícil, dado o elevado custo estimado das

obras e a incapacidade financeira do proprietário para o suportar. Garantiu, contudo, que a Autarquia procuraria fazer parte da solução dentro das suas competências legais e financeiras. Referiu também que tinham sido implementadas alterações temporárias à circulação rodoviária para minimizar os constrangimentos causados pelo encerramento da via, mantendo-se a preocupação em reabrir logo que possível aquela que era uma das principais saídas da zona histórica. -----

Relativamente aos danos causados pela utilização de maquinaria no corte de ervas no centro histórico, confirmou que ao longo dos últimos anos tinham ocorrido vários danos em portas, janelas, vidros e viaturas, estimando que o valor total das indemnizações e reparações pudesse atingir cerca de 10 mil euros. Explicou que a decisão de alterar o método de controlo da vegetação resultava precisamente da necessidade de reduzir aqueles custos e impactos negativos, embora tivesse salientado que a medida poderia ser revista no futuro, caso se revelasse necessário. -----

Quanto à Feira do Fumeiro, agradeceu os elogios recebidos e considerou que o evento tinha sido um sucesso coletivo do Concelho. Destacou que a iniciativa tinha sido mais do que uma simples feira de venda de produtos regionais, proporcionando uma experiência completa aos visitantes. Recordou ainda que continuava a decorrer a iniciativa “Provar Sardoal”, envolvendo restaurantes aderentes, produtores de vinho e quintas locais, incentivando a participação até ao final do mês. Manifestou também a intenção de avaliar formas de melhorar e evoluir a feira nas próximas edições. -----

Referiu-se também à Semana Santa, sublinhando que, independentemente do apoio municipal, as celebrações continuariam a existir por fazerem parte da tradição religiosa católica. No entanto, considerou que a Semana Santa de Sardoal se distinguiu pela riqueza das suas procissões, especialmente a Procissão dos Fogaréus, e pelos tapetes de flores elaborados pela comunidade. Reconheceu que poderia vir a ser necessário repensar a forma de promover os tapetes nas aldeias e lugares do Concelho, eventualmente através da organização de visitas que permitissem uma maior distribuição dos visitantes e valorização do trabalho desenvolvido pelas populações. -----

Por fim, referiu-se à cerimónia de homenagem aos ex-combatentes, considerando-a um momento de grande significado cívico e histórico. Lamentou a reduzida participação de antigos combatentes, reconhecendo que muitos já enfrentavam dificuldades de mobilidade ou saúde. Informou que o Município estava a trabalhar em conjunto com o núcleo de Abrantes da Liga dos Combatentes para encontrar formas de envolver mais os ex-combatentes e as suas famílias nas futuras cerimónias, esperando uma participação mais alargada nas próximas edições. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Mauro Nogueira que começou por destacar e elogiar o sucesso das várias iniciativas realizadas no Concelho ao longo do mês de abril. Referiu, em particular, a Semana Santa, o Mercado da Páscoa, a Feira do Fumeiro e as comemorações do 25 de abril, considerando que todas tinham contribuído para dinamizar a vida local e envolver a comunidade. -----

Sublinhou também a capacidade de resiliência demonstrada pela Autarquia, que, apesar dos desafios inesperados enfrentados nos últimos meses devido às tempestades, tinha conseguido manter o compromisso com a concretização das iniciativas planeadas, assegurando a sua realização com rigor, dedicação e sentido de responsabilidade. -----

Referiu ainda que na sua perspetiva, aquele trabalho contínuo tinha gerado impactos muito positivos para o Concelho, fortalecendo não apenas a coesão social, mas também o envolvimento e a participação da população nas atividades promovidas. -----

O Sr. Deputado salientou, contudo, que aquele sucesso não resultava apenas da ação do Município, mas de um esforço coletivo. Naquele sentido, deixou um reconhecimento especial às associações locais que tinham contribuído para a diversidade cultural e para a riqueza da programação desenvolvida, destacando as entidades ligadas ao teatro, à música e ao cinema. -----

Concluiu afirmando que era muito positivo ver o Sardoal ativo, participativo e culturalmente vivo, graças ao empenho conjunto da Autarquia, das associações e da comunidade. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras do deputado e reconheceu a importância do papel desempenhado pelo Município na organização das diversas iniciativas realizadas no Concelho, Sublinhou no entanto, que o sucesso daqueles eventos não podia ser atribuído apenas à Autarquia. Destacou o papel fundamental do movimento associativo, considerando que o dinamismo, a vontade de participar e a capacidade de organização das associações tinham sido determinantes para o êxito das atividades. -----

Concluiu, afirmando que o Sardoal atravessava atualmente um período de grande dinamismo, com uma atividade cultural, social e associativa muito intensa, considerando que o Concelho se encontrava ativo, participativo e numa fase muito positiva de desenvolvimento comunitário. -----

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Deputada Mariana Martins que começou por esclarecer uma questão debatida anteriormente em reunião de Câmara relativamente ao aniversário da Comissão de Desenvolvimento Cultural e Recreativo da Venda Nova, da qual fazia parte. Explicou que os convites para os aniversários e outras atividades da Comissão eram dirigidos aos presidentes das entidades locais, nomeadamente da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, cabendo àqueles, decidir se pretendiam ou não fazer-se acompanhar por outras pessoas. -----

De seguida, referiu-se à aprovação do empréstimo analisado na Assembleia Municipal anterior, aproveitando para deixar uma palavra de reconhecimento ao atual Executivo municipal. Destacou que, apesar das dificuldades, dos constrangimentos e das situações adversas que tinham afetado o Concelho, exigindo um esforço acrescido em termos humanos, operacionais e financeiros, o Executivo tinha mantido o compromisso de concretizar os projetos assumidos durante a campanha eleitoral. -----

Naquele contexto, salientou particularmente o início do projeto de requalificação do Jardim de Infância da Presa, considerando-o um investimento importante para a comunidade. Falando também na qualidade de mãe, manifestou satisfação pelo trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas, destacando o empenho diário das funcionárias e educadoras que acompanhavam as crianças naquele estabelecimento de ensino. Sublinhou ainda que, embora o Jardim de Infância da Presa contasse atualmente com apenas 11 crianças, elas desempenhavam um papel importante na vitalidade da localidade de Alcaravela, contribuindo para a preservação das tradições e da identidade da comunidade. Como exemplo, referiu a realização da Festa do Galo no mês de fevereiro.

A concluir, reiterou o seu agradecimento pelo investimento previsto para aquele espaço educativo, manifestando a convicção de que a intervenção contribuiria para valorizar a

educação, melhorar as condições oferecidas às crianças e reforçar o desenvolvimento da comunidade local. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção da Sra. Deputada Mariana e optou por não comentar o primeiro tema referido, relativo aos convites da Comissão da Venda Nova, limitando-se a afirmar que recebeu o convite, tal como acontecia habitualmente. ----

Relativamente à requalificação do Jardim de Infância da Presa, esclareceu que o projeto não tinha nascido com o atual Executivo, tendo sido preparado anteriormente, embora o Executivo em funções tivesse assumido a responsabilidade de dar continuidade ao processo e criar as condições necessárias para a sua concretização. -----

Destacou a importância do ensino pré-escolar para o desenvolvimento das crianças, considerando que aquela etapa representava um momento fundamental de adaptação ao ambiente educativo e de progressiva autonomia em relação ao contexto familiar. Sublinhou ainda o papel relevante que os avós e outros familiares desempenhavam no apoio às crianças e às famílias naquela fase. -----

O Sr. Presidente frisou ainda que a requalificação não tinha como objetivo evitar o desaparecimento daquela valência naquela Freguesia, defendendo que a manutenção da valência de pré-escolar era essencial para garantir serviços de proximidade às famílias. Recordou também a experiência do encerramento de várias escolas primárias no Concelho ao longo dos anos, algumas por imposição externa, observando que, no caso do primeiro ciclo, tinha existido uma lógica pedagógica que tinha justificado a concentração dos alunos em escolas maiores, mas que, no caso do pré-escolar, entendia que devia ser privilegiada a permanência das crianças junto das suas famílias e no seu meio de referência sempre que existissem condições para isso. -----

Por fim, explicou que a intervenção permitiria melhorar significativamente as condições do Jardim de Infância da Presa, criando novos e melhores espaços para acolher as crianças ao longo do dia, incluindo melhores condições para refeições e atividades pedagógicas. Informou ainda que os procedimentos necessários para a candidatura ao financiamento estavam praticamente concluídos, prevendo a sua submissão até ao final de maio, com a expectativa de iniciar as obras o mais rapidamente possível e inaugurar o espaço renovado num futuro próximo. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Lobato que iniciou a sua intervenção agradecendo aos funcionários do Município que tinham trabalhado no feriado de 25 de abril para assegurar a realização das diversas atividades comemorativas do dia. Destacou o empenho dos trabalhadores envolvidos, tanto nas corridas de abril como no apoio logístico às sessões solenes, sublinhando que o sucesso das iniciativas tinha dependido em grande medida do seu trabalho. -----

Seguidamente, felicitou o Município pela recuperação da Feira do Fumeiro, considerando-a uma aposta bem-sucedida, com impacto económico significativo e elevada afluência de visitantes. Apesar da avaliação positiva, apontou algumas melhorias a considerar para futuras edições, nomeadamente a necessidade de melhor sinalização dos parques de estacionamento temporários, relatando situações de congestionamento e dificuldades de circulação de veículos pesados. -----

Aproveitou também para lançar um desafio estratégico ao Executivo, defendendo a criação de uma infraestrutura coberta e multifuncional que permitisse acolher feiras, exposições e outras atividades culturais e económicas ao longo do ano. Na sua opinião, os

espaços atualmente disponíveis, embora adequados, apresentavam limitações de dimensão e funcionalidade. -----

De seguida, chamou a atenção para problemas ainda existentes na rede elétrica e de telecomunicações após as tempestades recentes. Referiu a existência de postes derrubados e cabos pendurados em várias zonas do Concelho, nomeadamente na Ribeira Acima e na Venda Nova, considerando que, embora a responsabilidade direta fosse das empresas concessionárias, o Município deveria continuar a pressionar as entidades competentes para uma resolução rápida das situações pendentes. Relatou ainda um caso pessoal de interrupção do serviço de internet que persistia há vários dias. -----

A parte central da sua intervenção foi dedicada à valorização dos jovens do Concelho. Recordou um projeto iniciado em 2023, numa articulação da Associação de Pais e do Município, destinado à formação de monitores jovens. Explicou que, desde então, cerca de 90 jovens tinham recebido formação certificada, tendo aproximadamente 40, participado em atividades de tempos livres e campos de férias organizados pela Associação. Partindo daquela experiência, defendeu que o Município devia apostar mais na integração de jovens qualificados nas suas estruturas, aproveitando os cursos profissionais existentes, os estágios e os programas de apoio ao primeiro emprego. Considerava que aqueles jovens representavam uma mais-valia para o Concelho e podiam contribuir para garantir a renovação dos quadros da administração local. -----

Naquele contexto, alertou para o envelhecimento do quadro de pessoal municipal e para a existência de vários funcionários próximos da reforma ou da pré-reforma. Em vez de apenas substituir trabalhadores quando aqueles saíssem, propôs uma estratégia de transição gradual, em que os jovens pudessem ser integrados antecipadamente, aprendendo diretamente com os funcionários mais experientes. Defendeu que esta abordagem permitiria assegurar a transmissão de conhecimentos, a continuidade dos serviços e a preparação do futuro da Autarquia. -----

Concluiu reforçando a sua confiança nas capacidades dos jovens de Sardeal e apelando a uma aposta mais forte na sua formação, integração e valorização, considerando-os essenciais para o desenvolvimento futuro do Concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara, começando por explicar que o projeto de formação de monitores para campos de férias tinha tido origem numa necessidade identificada há alguns anos, ainda quando desempenhava funções de vereador ou chefe de gabinete. Referiu que, em parceria com a Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, tinha sido desenvolvido um programa destinado a criar oportunidades para os jovens adquirirem experiência prática e contacto com o mundo do trabalho, dentro de um enquadramento legal que permitisse a sua participação e com uma compensação financeira. -----

Referiu que gostaria de ver mais jovens formados no Concelho a trabalhar no Município, mas salientou que uma das grandes dificuldades dos territórios do interior era precisamente a retenção dos jovens depois de concluírem a sua formação. Considerou que o investimento realizado na educação nem sempre se traduzia na permanência daqueles jovens no território, devido à atração exercida pelos grandes centros urbanos e pelas oportunidades de emprego existentes fora da região. -----

Defendeu igualmente a valorização dos cursos profissionais, considerando que aqueles podiam desempenhar um papel fundamental na formação de jovens para profissões

técnicas e especializadas que seriam cada vez mais necessárias no futuro, incluindo no Concelho de Sardoal. Apesar das limitações existentes, garantiu que o Município procurava acolher estágios e experiências formativas sempre que possível, para alunos do Concelho, tanto para os que estudavam no Sardoal, como para os que estudavam fora devido à oferta educativa disponível. -----

Explicou no entanto, que existiam limitações legais na contratação direta de jovens estagiários ou dos cursos profissionais, pela Autarquia, uma vez que os recrutamentos estavam sujeitos às regras da administração pública e aos respetivos concursos de admissão, e que por isso, não poderiam haver entradas diretas, como tinha depreendido das palavras do Sr. Deputado Aníbal Lobato. -----

Ainda assim, confirmou que o Município iria ter necessidades em algumas áreas específicas e concordou com a importância de planear a renovação dos seus recursos humanos. Naquele sentido, referiu que cerca de 50 funcionários municipais tinham atualmente mais de 60 anos, o que obrigava a Autarquia a começar a preparar a renovação gradual dos seus quadros. Embora não gostasse da expressão “substituição”, admitiu que era necessário planear a transmissão de conhecimento e assegurar a continuidade dos serviços quando aqueles trabalhadores se aposentassem. -----

Relativamente aos problemas nas telecomunicações e infraestruturas provocados pelas tempestades, reconheceu que alguns dos seus efeitos continuavam visíveis em várias zonas do Concelho e da região. Referiu que muitas linhas de telecomunicações permaneciam danificadas e que a resposta das operadoras não estava a ser tão eficaz nem tão rápida quanto a de outras entidades, como as responsáveis pela rede elétrica. Alertou que a resolução completa daquelas situações poderia demorar bastante tempo e apelou à colaboração das Juntas de Freguesia na identificação e sinalização dos locais onde os problemas persistiam. -----

Quanto às questões levantadas sobre os estacionamento durante a Feira do Fumeiro, admitiu que tinham sido identificadas algumas limitações na gestão dos espaços disponíveis e, reconheceu que existiam aspetos a melhorar em futuras edições do evento.

Por fim, associou-se aos agradecimentos dirigidos aos funcionários municipais que tinham trabalhado durante as comemorações do 25 de Abril, destacando a sua dedicação, profissionalismo e disponibilidade, e salientando que, embora estivessem a cumprir as suas funções e fossem remunerados por isso, era importante reconhecer publicamente o empenho demonstrado sempre que tinham sido chamados a colaborar em iniciativas relevantes para o Concelho. Concluiu afirmando que o trabalho do Executivo só era possível graças ao contributo e ao compromisso dos trabalhadores. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Gonçalo Ramalho que começou por se referir à celebração dos 52 anos do 25 de abril, destacando que uma das conquistas fundamentais da democracia tinha sido o direito à informação, cuja importância se tornava cada vez mais relevante numa sociedade com múltiplos meios de comunicação e acesso facilitado ao conhecimento. Naquele contexto, felicitou o Executivo municipal pelo cumprimento de uma medida prevista no seu programa eleitoral: o projeto de literacia democrática. Considerou que aquela iniciativa tinha um papel importante ao apresentar de forma mais simples e acessível, os temas discutidos nas reuniões de Câmara, permitindo aos munícipes acompanhar com maior facilidade os assuntos relacionados com a vida coletiva do Concelho. Sublinhou ainda que o projeto contribuía para aproximar

a política dos cidadãos, especialmente dos mais jovens, promovendo uma maior consciência cívica, interesse pelos assuntos públicos e participação democrática. Observou também que, devido à crescente utilização das redes sociais por pessoas de diferentes faixas etárias, o alcance daquela iniciativa acabava por ser mais amplo do que o inicialmente previsto, chegando a um público diversificado e reforçando a divulgação da informação municipal. -----

Referiu ainda a importância de garantir o acesso à informação no presente, defendendo que cidadãos mais informados estariam mais preparados para contribuir para um futuro melhor e para uma participação mais ativa na vida democrática da comunidade. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras do deputado, destacando o facto de ser o membro mais jovem da Assembleia Municipal, e considerando muito importante a participação dos jovens na vida política e cívica do Concelho. Defendeu que o futuro da comunidade dependia em grande medida das novas gerações e que era fundamental criar condições para que os jovens se sentissem motivados a participar em fóruns de debate e decisão pública. Sublinhou que a atividade política era, na sua essência, uma ação nobre, orientada para o interesse coletivo, para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento do território. Reconheceu que, por vezes, a perceção pública da política podia ser prejudicada por comportamentos ou situações menos positivas, mas afirmou que a maioria dos que exerciam funções políticas locais o faziam com o objetivo de servir a comunidade. -----

Relativamente ao projeto de literacia democrática, explicou que a iniciativa tinha nascido da necessidade de aproximar a administração municipal dos cidadãos e de tornar mais compreensível a linguagem utilizada nos processos políticos e administrativos. Referiu que, frequentemente, eram utilizados acrónimos, termos técnicos e designações de programas, regulamentos ou projetos que não eram facilmente compreendidos pela população. Naquele sentido, considerou que não bastava criar iniciativas ou aprovar regulamentos, sendo igualmente necessário comunicar de forma clara e acessível, explicando os objetivos, o funcionamento e os benefícios de cada medida. Referiu que o projeto de literacia democrática procurava precisamente cumprir essa função, ajudando a traduzir a linguagem institucional para uma forma mais simples e próxima dos cidadãos. -

Concluiu, afirmando que aquelas ações de comunicação tinham também como objetivo, desmistificar os temas discutidos nas reuniões de Câmara e nas Assembleias Municipais, promovendo uma maior compreensão dos assuntos públicos e incentivando uma participação mais informada da população na vida democrática local. -----

Seguidamente foi dada a palavra a Sra. Deputada Patrícia Rei que referiu que a sua intervenção estava em sintonia com comentários já realizados anteriormente, nomeadamente os relacionados com a valorização das iniciativas promovidas no Concelho e o envolvimento do movimento associativo. -----

Naquele sentido, felicitou a continuidade da celebração do Dia Nacional dos Moinhos, em Entrevinhas, destacando a colaboração entre o Município, a Junta de Freguesia e a Associação de Melhoramentos e Amigos de Entrevinhas na organização da iniciativa. -----

Salientou igualmente a participação, pela primeira vez, da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardoal. Embora não tivesse estado presente no evento, referiu que, através das imagens e informações divulgadas nas redes sociais, tinha percebido o contributo positivo da Associação para a dinamização da

atividade. Destacou em particular a atuação da turma de hip-hop e a animação proporcionada por uma empresa especializada, considerando que estas iniciativas tinham ajudado a criar um ambiente mais dinâmico e atrativo. Salientou ainda que estava prevista a utilização de um insuflável, que acabou por não ser instalado devido às condições meteorológicas adversas que se faziam sentir naquele dia. -----

Concluiu dando os parabéns pela iniciativa de envolver mais uma associação do Concelho na organização do evento, considerando que esta participação tinha contribuído para atrair mais jovens ao espaço e reforçar o dinamismo associativo e comunitário da atividade. -----

O Sr. Presidente da Câmara destacou que a adesão ao Dia Nacional dos Moinhos era uma iniciativa já consolidada no Concelho, que se tinha vindo a afirmar ao longo dos anos. Sublinhou que o principal objetivo do evento era valorizar e preservar a memória dos moinhos e da atividade tradicional associada à moagem, um património cultural que tinha vindo progressivamente a desaparecer. -----

Enalteceu a importância das parcerias institucionais na concretização daquela iniciativa, agradecendo em particular à Junta de Freguesia de Sardoal pela sua contínua colaboração. Recordou que a parte funcional do núcleo dos moinhos pertencia à Junta, o que tornava aquela parceria especialmente relevante para o sucesso do evento. -----

Destacou igualmente o contributo de várias entidades locais, entre elas a Universidade Sénior, a Associação de Melhoramentos e Amigos de Entrevinhas e a Associação de Pais e Encarregados de Educação, considerando que o envolvimento conjunto destas instituições tinha contribuído para enriquecer a programação e aumentar a qualidade das atividades oferecidas à população. -----

Relativamente à Associação de Pais, expressou um agradecimento especial pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos. Referiu a sua própria ligação à Associação, primeiro enquanto membro dos seus órgãos sociais, e atualmente, como encarregado de educação, sublinhando o conhecimento direto que tinha do empenho e dedicação dos seus dirigentes. -----

Por fim, salientou que a Associação de Pais estava a ser um parceiro de excelência do Município, colaborando em diversas iniciativas e ajudando a concretizar atividades para as quais a Autarquia nem sempre dispunha dos meios técnicos ou humanos necessários. Naquele sentido, deixou um reconhecimento particular ao Presidente da Associação e a todos os seus membros pelo contributo prestado à comunidade. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Adérito Garcia que iniciou a sua intervenção com duas congratulações e duas sugestões dirigidas ao Executivo municipal. -----

Em primeiro lugar, felicitou todos os envolvidos na organização da Semana Santa, destacando a importância desta celebração para a identidade, tradições e raízes culturais do Concelho. Considerou positivo que a iniciativa continuasse a evoluir e a melhorar de ano para ano, salientando que pequenas alterações e ajustes poderiam contribuir significativamente para o seu aperfeiçoamento. -----

A segunda congratulação foi dirigida à organização da Feira do Fumeiro, do Pão e do Vinho. Manifestou satisfação pelo sucesso alcançado e felicitou o Executivo por ter concretizado um projeto que, segundo referiu, vinha sendo defendido pelo Partido Socialista ao longo de vários mandatos. Considerou que o resultado demonstrava a importância das parcerias e da cooperação entre entidades, destacando particularmente a

colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Alcaravela na disponibilização de equipamentos e meios logísticos que tinha contribuído para o crescimento da iniciativa. --
Passando às sugestões, a primeira incidiu sobre a divulgação dos avisos meteorológicos e de proteção civil através das redes sociais feita pelo Gabinete Florestal. Esclareceu que não se tratava de uma crítica, mas sim de uma proposta construtiva. Referiu que alguns avisos tinham sido divulgados com algum atraso relativamente aos alertas emitidos pelas entidades competentes e sugeriu que fosse realizada uma reflexão interna sobre os procedimentos adotados, de modo a garantir uma comunicação mais rápida e eficaz junto da população em situações de risco. -----

A segunda sugestão relacionou-se com a questão do corte de ervas no centro histórico, tema já abordado anteriormente na sessão. Sem tomar posição a favor da utilização de maquinaria ou de herbicidas, apresentou uma possível solução técnica baseada numa prática observada no concelho de Abrantes. Explicou que alguns trabalhadores utilizavam uma lona de proteção móvel, colocada junto à zona de trabalho, que ajudava a impedir a projeção de pedras, detritos ou outros materiais contra viaturas e edifícios. Considerou que aquela solução poderia ser analisada pelo Município como forma de reduzir danos e minimizar riscos em futuras intervenções de manutenção dos espaços públicos. -----
Concluiu reforçando que as suas observações tinham um carácter construtivo e pretendiam apenas contribuir para a melhoria contínua dos serviços e das iniciativas desenvolvidas pelo Município. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras e os reconhecimentos do Sr. Deputado Adérito Garcia, considerando que a adesão do público e a dimensão alcançada pelos eventos demonstravam a sua relevância e o sucesso das iniciativas realizadas. -----

Relativamente à sugestão sobre a utilização de lonas de proteção durante o corte de ervas, esclareceu que essa prática já era adotada pelo Município há vários anos. Explicou que eram utilizadas lonas de dimensões consideráveis para minimizar a projeção de pedras e outros detritos, mas reconheceu que aquela medida nem sempre era suficiente para evitar danos. Com base na sua própria experiência na utilização daquele tipo de equipamentos, referiu que bastava um contacto inesperado com uma pedra para que fosse projetada a grande velocidade e a distâncias consideráveis, podendo causar prejuízos. Acrescentou que o Município continuava a avaliar diferentes soluções para o controlo da vegetação, procurando encontrar o método mais adequado. No entanto, deixou claro que qualquer opção futura seria sempre livre da utilização de glifosato, reafirmando o compromisso da Autarquia com práticas ambientalmente mais seguras. ----

Quanto à questão dos alertas meteorológicos e de proteção civil divulgados nas redes sociais, disse que o assunto já tinha sido abordado anteriormente e informou que já tinha falado sobre aquela matéria com o Comandante Operacional Municipal. Explicou que existia algum desfasamento temporal entre a emissão dos alertas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera e a sua divulgação, uma situação que resultava dos próprios procedimentos de comunicação e atualização da informação. Ainda assim, admitiu que os processos podiam ser aperfeiçoados e que existia margem para melhorar a rapidez da comunicação. Contudo, salientou que essa articulação não dependia apenas do Município, mas também das entidades responsáveis pela emissão dos avisos oficiais. -----

Concluiu, defendendo o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil, e considerando que aquele Gabinete desempenhava as suas funções de forma eficaz na

divulgação de informação e no acompanhamento das situações de risco, prestando um importante serviço à população. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para fazer uma breve reflexão sobre a problemática do controlo das ervas daninhas em centros históricos e espaços urbanos com características semelhantes às de Sardoal. Considerou que aquele era um exemplo de situações em que a legislação nacional nem sempre acompanha as necessidades específicas dos territórios, cabendo aos municípios e às suas associações representativas pressionar o poder central para encontrar soluções adequadas. -----

Recordou uma experiência realizada há alguns anos com a utilização de vinagre de álcool como alternativa aos herbicidas convencionais. Explicou que o produto se tinha revelado eficaz, económico e aparentemente menos agressivo para o ambiente, tendo sido utilizado por alguns municípios, entre eles o de Sardoal. No entanto, referiu que a sua aplicação tinha acabado por ser suspensa após determinação da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária, que havia considerado não existirem ainda estudos suficientes para garantir a sua total segurança e ausência de impactos ambientais. -----

A partir daquele exemplo, defendeu que era necessário haver pressão para se aprofundar a investigação e a avaliação de métodos alternativos ao uso de herbicidas químicos, especialmente para municípios com ruas de pavimentações tradicionais, onde os métodos mecânicos apresentavam maiores dificuldades e riscos. Saliu que a configuração das ruas como as da zona histórica do Sardoal, com calçada irregular e pedras soltas, favorecia a projeção de detritos durante os trabalhos de manutenção e tornava mais difícil a solução para o problema, uma vez que outros métodos mecânicos e de monda térmica já tinham sido experimentados, mas sem resultados. -----

Considerou ainda que aquele era um tema que deveria ser levado às estruturas representativas do poder local, nomeadamente à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Associação Nacional de Freguesias e às Comunidades Intermunicipais, para que pudessem sensibilizar o Governo e as entidades reguladoras para a necessidade de desenvolver soluções técnicas e legais mais adequadas. -----

Concluiu defendendo que, se ainda não existiam estudos suficientes sobre determinadas alternativas naturais, como o vinagre de álcool, então aqueles estudos deveriam ser promovidos e realizados com maior rapidez, permitindo aos municípios dispor de opções eficazes, seguras e ambientalmente sustentáveis para o controlo da vegetação em espaços urbanos sensíveis. -----

ORDEM DO DIA:

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sem intervenções. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação da ata da sessão anterior. -----

Aprovada por unanimidade, não tendo votado os deputados que não estiveram presentes na última reunião. -----

2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento refletia o trabalho desenvolvido pelo Executivo desde a última reunião da Assembleia Municipal. -----

Considerou que muitas das intervenções realizadas pelos deputados ao longo da reunião já tinham evidenciado o conjunto de iniciativas, eventos e projetos promovidos pelo Município durante aquele período, demonstrando o empenho colocado na dinamização do Concelho e na concretização das várias atividades desenvolvidas, mencionando as diversas reuniões institucionais realizadas, dando particular relevo aos encontros mantidos com membros do Governo e outras entidades no âmbito das consequências da tempestade Kristin, que tinham exigido acompanhamento próximo por parte da Autarquia e articulação com diferentes organismos para a resolução dos problemas causados. -----

Concluiu, afirmando que permanecia disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que os membros da Assembleia Municipal entendessem solicitar relativamente à atividade municipal ou aos assuntos abordados na informação apresentada. -----

Interveio o Sr. Deputado Adérito Garcia, começando por abordar a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), referindo que a informação apresentada continuava praticamente inalterada há várias sessões da Assembleia Municipal. Reconhecendo que as várias entidades envolvidas estariam a fazer o possível para concluir o processo, sugeriu que, em futuras informações do Presidente, fosse incluído um quadro mais detalhado com o estado dos pareceres ainda pendentes, indicando quais as entidades responsáveis, a fase em que cada processo se encontrava e a data dos últimos contactos ou reuniões realizadas. Considerou que aquela informação permitiria aos deputados acompanhar melhor a evolução do processo e ter uma perceção mais clara dos prazos envolvidos. -----

De seguida, levantou uma questão relacionada com os pagamentos em atraso constantes da informação financeira apresentada. Observou que o documento referia a existência de valores por pagar com antiguidade entre 90 e 120 dias, num montante relativamente reduzido, e que, simultaneamente, indicava que não existiam pagamentos em atraso. Solicitou, por isso, um esclarecimento sobre aquela aparente contradição, admitindo que pudesse resultar da utilização de critérios contabilísticos distintos. Aproveitou ainda para elogiar a inclusão daquele tipo de informação financeira nos relatórios apresentados à Assembleia, considerando que facilitava a análise e compreensão da situação económica do Município. -----

Por fim, questionou o Executivo sobre o processo relacionado com a Barragem da Lapa e com a entidade gestora do sistema de águas, recordando que o Executivo anterior tinha manifestado intenção de avançar judicialmente para reclamar o ressarcimento de um valor próximo dos 798 mil euros associado a essa situação. Perguntou qual o ponto de situação atual daquele processo, se o Executivo mantinha a intenção de prosseguir com aquela ação judicial ou se tinha decidido abandonar aquela via. Caso tivesse sido abandonada, queria saber de que forma o Município pretendia recuperar ou compensar o montante que considerava estar em causa. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu à questão sobre a Barragem da Lapa e os montantes que o Município considerava estarem em dívida, esclarecendo que o atual Executivo não tinha abandonado o assunto nem alterado a sua posição relativamente à defesa dos interesses do Município. Explicou que, até ao momento, a estratégia seguida tinha passado por privilegiar o diálogo institucional e a procura de soluções através de contactos diretos com a entidade responsável, as Águas do Vale do Tejo. Informou que já tinha sido realizada uma reunião com a administração da empresa para abordar aquela

situação e procurar clarificar os valores em causa. Referiu ainda que o Município, estava a preparar um novo contacto formal com a empresa, com o objetivo de exigir, pelo menos numa primeira fase, o ressarcimento dos montantes relacionados com a utilização das infraestruturas municipais, designadamente aquilo que descreveu de forma simplificada como as “rendas” associadas às infraestruturas que se encontravam ao serviço da entidade gestora. Salientou que aquela abordagem negocial não excluía a possibilidade de avançar para uma ação judicial. Contudo, considerou importante esgotar primeiro todas as vias de diálogo e clarificar definitivamente a posição da empresa relativamente às responsabilidades financeiras existentes. Caso viesse a ficar demonstrado que não existia disponibilidade para resolver a situação por acordo, o Município poderia recorrer aos mecanismos jurídicos adequados para defender os seus direitos. Recordou ainda que a questão remontava há vários anos e que estava relacionada com o processo de integração e valorização da Barragem da Lapa, referindo que tinham existido pagamentos parciais no passado e que importava agora determinar se subsistiam ou não, valores que deviam ser liquidados ao Município. Concluiu afirmando que o Executivo pretendia encontrar uma solução definitiva para aquele dossier, reconhecendo, no entanto, que se tratava de um processo antigo e complexo. -----

O Sr. Deputado Adérito Garcia agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara, mas deixou uma reflexão adicional sobre a estratégia que estava a ser seguida relativamente ao processo da Barragem da Lapa. Sublinhou que não pretendia prolongar o debate nem contestar diretamente a atuação do Executivo, mas manifestou alguma preocupação quanto à interpretação que poderia resultar da atual abordagem negocial. Na sua perspetiva, se o objetivo inicial do Município era concretizar a venda da infraestrutura e receber o respetivo valor acordado, a passagem para uma lógica centrada no pagamento de rendas ou compensações pela utilização da infraestrutura podia significar, na prática, uma alteração da posição defendida pelo Município. Considerou que aquela mudança poderia ser entendida como um reconhecimento implícito de que a venda não se concretizaria nos termos inicialmente previstos, correndo-se o risco de enfraquecer a reivindicação do valor correspondente à alienação da infraestrutura. Por essa razão, alertou para a necessidade de se refletir cuidadosamente sobre o enquadramento da negociação e sobre as consequências que determinadas opções poderiam ter na defesa dos interesses financeiros do Município. Concluiu esclarecendo que se tratava apenas de uma observação para reflexão futura, sem intenção de criar polémica, mas com o objetivo de contribuir para uma análise mais aprofundada da estratégia a adotar naquele processo. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu a sua intervenção anterior, admitindo que poderia não ter sido suficientemente claro ao referir-se à questão das rendas das infraestruturas. -- Explicou que, quando mencionou a intenção de procurar o ressarcimento através do pagamento de rendas ou compensações pela utilização de infraestruturas municipais, estava a referir-se a outras infraestruturas e não à Barragem da Lapa. Sublinhou que a Barragem da Lapa não fazia parte do conjunto de infraestruturas transferidas para a Águas do Vale do Tejo, e por isso, a questão das rendas não se relacionava diretamente com o processo da barragem. Desta forma, procurou dissipar a ideia de que o Município poderia estar a substituir a reivindicação do valor associado à Barragem da Lapa por uma

compensação baseada em rendas, salientando que se tratavam de processos diferentes e juridicamente autónomos. -----

No que concerne aos pagamentos, o Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Sr. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira (DAF), que esclareceu a questão levantada sobre a aparente contradição entre a existência de pagamentos com mais de 90 dias e a indicação de que não existiam pagamentos em atraso, sendo que a diferença resultava da data de referência utilizada nos cálculos. Embora a informação tivesse sido apresentada numa sessão realizada a 17 de abril, alguns dos quadros financeiros tinham sido elaborados considerando a situação reportada a 30 de abril. Nessa projeção surgia um valor de 1.269,57 euros que ultrapassava os 90 dias de antiguidade. Salientou no entanto, que à data efetiva da reunião, aquele valor já não constituiria um pagamento em atraso, ou estaria, entretanto, regularizado, razão pela qual tinha considerado que o Município não apresentava, na prática, pagamentos em atraso relevantes. -----

Reconheceu que a situação podia gerar alguma confusão na leitura dos documentos e classificou a questão como um “preciosismo” técnico relacionado com as datas de referência utilizadas na elaboração dos mapas financeiros, assumindo o compromisso de, em futuras informações financeiras, harmonizar melhor as datas consideradas nos diversos quadros, utilizando a mesma data de referência para evitar interpretações contraditórias e tornar a informação mais clara para os membros da Assembleia Municipal. Concluiu reafirmando que a situação financeira do Município era estável e que não existiam pagamentos em atraso significativos que suscitassem preocupação. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu à sugestão apresentada pelo Sr. Deputado Adérito Garcia relativamente ao acompanhamento do processo de revisão do PDM, manifestando concordância com a proposta. Referiu que considera útil apresentar a informação de forma mais detalhada nas próximas sessões, através de um quadro que permitisse identificar com maior clareza o estado dos pareceres pendentes, as entidades envolvidas e a evolução dos procedimentos em curso. Referiu que aquele formato facilitaria a compreensão do andamento do processo por parte dos deputados municipais. -----

Informou ainda que já tinham sido enviados esclarecimentos adicionais às entidades que continuam a analisar o processo e reconheceu que o Município estava dependente dos pareceres externos e que a demora de algumas instituições condicionava o avanço do processo. Sublinhou que, apesar dos esforços da Autarquia, existiam limitações que não dependiam diretamente da sua atuação e sobre as quais era difícil exercer influência. -----

Por fim, recordou que existia um prazo previsto para a conclusão do processo (até setembro), embora admitisse a possibilidade de uma extensão até ao final do ano. Ainda assim, reafirmou a preocupação em cumprir os prazos estabelecidos e efetuar todas as diligências necessárias para que a revisão do PDM pudesse ser concluída o mais rapidamente possível. -----

3. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2025. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação. -----

-Não havendo intervenções, e considerando o disposto na alínea i) do nro.1 do artigo 33º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como o nro. 2 do artigo 27º do mesmo diploma, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município. -----

4. Proposta da Conta Gerência do ano de 2025. -----

O Sr. Presidente da Câmara apresentou os principais dados da Prestação de Contas, começando por salientar que o documento se referia essencialmente à gestão do Executivo anterior, uma vez que o atual apenas tinha estado em funções durante os meses de novembro e dezembro do período em análise. Ainda assim, reconheceu a sua ligação ao processo, dado que tinha participado na anterior equipa governativa municipal. No plano financeiro, destacou que a taxa de execução da receita tinha atingido 91% e a taxa de execução da despesa 84%, valores que considerou reveladores de um elevado grau de concretização do orçamento municipal. Referiu também que o resultado líquido do exercício tinha sido negativo em cerca de 547 mil euros. -----

Quanto ao endividamento, informou que a dívida total do Município tinha aumentado aproximadamente 186 mil euros. Explicou que aquele aumento tinha resultado sobretudo do crescimento da dívida não corrente, relacionada com empréstimos de médio e longo prazo, que tinha aumentado cerca de 519 mil euros. Em contrapartida, referiu que se tinha registado uma redução da dívida corrente associada a empréstimos de curto prazo, na ordem dos 333 mil euros. -----

Assinalou ainda que não existiam pagamentos em atraso com mais de 90 dias e que o prazo médio de pagamento do Município se tinha situado nos 44 dias, indicador que considerou demonstrativo da capacidade da Autarquia para cumprir os seus compromissos financeiros. -----

Relativamente ao investimento realizado, destacou o início de duas obras consideradas estruturantes para o Concelho, nomeadamente a construção da Creche Municipal e a intervenção na Igreja Matriz, salientando que aqueles projetos representavam investimentos relevantes para a comunidade. -----

Explicou também que o resultado do exercício tinha sido influenciado pelos aumentos de despesa com pessoal decorrentes das atualizações salariais e das valorizações remuneratórias determinadas a nível nacional. -----

No que respeita às empreitadas concluídas ou desenvolvidas durante o período, destacou a conclusão da reabilitação dos prédios da Tapada da Torre, a pavimentação dos arruamentos da Tojeira e do Pisão, a intervenção nas passagens hidráulicas da Estrada Nacional 244-3, a pavimentação da Rua David Serras Pereira e a pavimentação da Rua do Campo de Futebol, em Santa Clara. -----

Concluiu, colocando-se à disposição para esclarecer questões de natureza política relacionadas com a prestação de contas, indicando que, para matérias mais técnicas ou financeiras, o chefe da DAF estaria igualmente disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

O Sr. Deputado Adérito Garcia iniciou a sua intervenção referindo que uma prestação de contas daquela natureza merecia uma reflexão que ultrapassasse a simples análise de valores isolados, optando por centrar a sua apreciação em questões de carácter mais estratégico relacionadas com a situação financeira e o desenvolvimento do Concelho. -----

Referiu que, apesar de se ter verificado um aumento da receita, o resultado líquido do exercício continuava a apresentar um valor negativo, tendo inclusivamente agravado face ao ano anterior. Considerou que aquele facto deveria merecer atenção e reflexão, sobretudo quando analisado em conjunto com outros indicadores financeiros constantes nos documentos apresentados. -----

Chamou ainda a atenção para o peso das despesas com pessoal, que representavam cerca de 65% da despesa corrente, aproximando-se de um limite que considerou preocupante. A este propósito, deixou uma sugestão relacionada com a gestão dos recursos humanos municipais, defendendo a criação e acompanhamento de indicadores objetivos de desempenho para os diversos serviços e departamentos da Autarquia. Considerou que a existência de métricas simples, relacionadas com o volume de processos tratados, licenças emitidas ou outras atividades desenvolvidas, permitiria conhecer melhor a realidade dos serviços, identificar necessidades e apoiar decisões de gestão de forma mais fundamentada. Fez questão de esclarecer que aquela proposta não colocava em causa a competência, dedicação ou profissionalismo dos trabalhadores municipais, pretendendo apenas contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. -----

Prosseguindo a sua análise, abordou a questão das receitas próprias do Município, considerando que aquelas continuavam excessivamente dependentes das transferências e dos impostos que revertiam para as autarquias. Defendeu que o Concelho necessitava de reforçar a sua capacidade de gerar riqueza e atividade económica própria, apontando três vetores estratégicos que considerou fundamentais para aquele objetivo. -----

O primeiro daqueles vetores dizia respeito à habitação. Reconheceu o investimento realizado nos últimos anos, mas considerou que a oferta habitacional continuava a ser insuficiente para responder às necessidades de atração e fixação de população. Defendeu que o aumento da disponibilidade de habitação, quer através da construção nova, quer através da recuperação de edifícios existentes, deveria continuar a constituir uma prioridade para o Município. -----

O segundo vetor relacionava-se com a expansão da zona industrial. Recordou que aquele era um tema debatido há várias décadas e referiu que já há cerca de trinta anos existiam dificuldades relacionadas com a disponibilidade de lotes para instalação de empresas. Considerou que o atraso na concretização daquele projeto tinha limitado as oportunidades de desenvolvimento económico do Concelho e reiterou a importância de criar condições para acolher novos investimentos empresariais. -----

O terceiro vetor incidiu sobre o desenvolvimento económico em sentido mais amplo. Defendeu que a criação de condições favoráveis à instalação de empresas poderia gerar efeitos positivos em cadeia, nomeadamente através da criação de emprego, da fixação de população, do aumento do consumo local e do reforço das receitas municipais. Salientou que aqueles processos exigiam tempo e continuidade, mas considerou que eram fundamentais para inverter tendências negativas que o Concelho vinha enfrentando há vários anos. -----

Relativamente ao endividamento municipal, observou que tinha ocorrido uma redução da dívida de curto prazo, mas simultaneamente um aumento da dívida de médio e longo prazo, associado à contratação de financiamento para investimentos. Referiu que o resultado global era um aumento da dívida do Município, situação que, embora enquadrada nos objetivos definidos, deveria continuar a ser acompanhada com prudência. -----

Abordou ainda alguns projetos que considerou estruturantes para o desenvolvimento do Concelho e cuja concretização continuava pendente, destacando a ampliação da zona industrial e a construção do espaço de coworking e incubação empresarial. Considerou que aqueles projetos apenas produziram resultados efetivos quando estivessem

concluídos e plenamente operacionais, permitindo acolher empresas, criar emprego e gerar atividade económica. -----

Por fim, chamou a atenção para a persistência do desequilíbrio orçamental, referindo que esta situação já se verificava há vários exercícios e acabava por condicionar as contas dos anos seguintes. Reconheceu que não existiam soluções imediatas ou simples para resolver aquele problema, mas defendeu a necessidade de uma reflexão estratégica sobre o modelo de desenvolvimento seguido pelo Município ao longo dos últimos anos. Reconheceu igualmente o empenho dos sucessivos executivos municipais e dos trabalhadores da Autarquia, mas considerou legítimo questionar se as estratégias adotadas tinham sido suficientes para alcançar os resultados desejados ao nível da evolução demográfica, da dinamização económica e da sustentabilidade financeira do Município. -----

Concluiu afirmando que a sua intervenção pretendia contribuir para aquela reflexão e para a definição de caminhos que permitissem assegurar um futuro mais sustentável para o Concelho. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Sr. Deputado Adérito Garcia e considerou que algumas das expressões utilizadas sintetizavam bem a realidade da gestão de um território com as características do Concelho de Sardoal, sublinhando que não existiam soluções imediatas nem resultados alcançáveis de um dia para o outro. Referiu, contudo, que o Executivo possuía objetivos bem definidos e um rumo estratégico claro, assente nos compromissos apresentados aos eleitores e sufragados em ato eleitoral. Relativamente à zona industrial, explicou que o processo de expansão já se encontrava a ser trabalhado e que o mesmo teria necessariamente de avançar em articulação com a revisão do PDM. Informou que já tinha mantido contactos com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e que pretendia, nas semanas seguintes, aprofundar aquele trabalho, procurando definir a melhor forma de compatibilizar ambos os processos. Acrescentou ainda que o Município pretendia avaliar, numa perspetiva de futuro, a possibilidade de criação de novos espaços destinados à atividade empresarial. ----

Recordou igualmente o contexto em que o atual parque empresarial tinha sido recebido por anteriores executivos, salientando que, à época, existiam limitações significativas ao nível regulamentar, nomeadamente no que respeitava aos mecanismos de reversão dos lotes. Referiu que foram realizados investimentos para melhorar as condições existentes e que os poucos espaços disponíveis acabaram por ter sido colocados à disposição de investidores. Informou que, atualmente, o parque empresarial se encontrava praticamente lotado, existindo apenas a possibilidade de vir a ser disponibilizado um lote que não tinha chegado a concluir o respetivo processo de instalação, embora reconhecesse que as características daquele espaço poderiam não ser as mais atrativas para potenciais interessados. -----

No que respeita ao projeto do espaço de coworking, esclareceu que o mesmo já havia sido enquadrado em programas de financiamento anteriormente aprovados. Explicou que, após a tomada de posse do atual Executivo, e uma vez que o concurso tinha ficado deserto, uma das primeiras preocupações tinha sido a de reavaliar o projeto previsto para o edifício destinado a acolher aquela valência, procurando perceber se existiriam soluções mais adequadas às necessidades identificadas. Acrescentou que os recursos financeiros

destinados ao projeto permaneciam assegurados e que tinham sido desenvolvidos contactos recentes com os responsáveis pela sua coordenação. -----

Sublinhou ainda que o programa de revitalização do Pinhal Interior já tinha produzido efeitos positivos no Concelho, permitindo a instalação de vários empresários e empresas que fixaram a sua sede no Sardoal para beneficiar dos incentivos existentes. Considerou que aquele tipo de iniciativas demonstrava que o desenvolvimento económico não resultava de medidas isoladas ou de soluções imediatas, mas sim de processos contínuos e progressivos. -----

Quanto à questão das receitas municipais, reconheceu que existiam mecanismos que poderiam permitir aumentar a arrecadação de mais receitas próprias, designadamente através da revisão de taxas, preços ou da redução de apoios concedidos pelo Município. Contudo, questionou se aqueles aumentos teriam um impacto verdadeiramente significativo na capacidade financeira da Autarquia para concretizar os investimentos estruturantes de que o Concelho necessitava. -----

Defendeu, por isso, que a prioridade deveria continuar a centrar-se na atração de população e investimento, nomeadamente através da expansão da zona industrial e da criação de nova oferta habitacional. Esclareceu que aquela aposta não se dirigia exclusivamente à habitação social, mas sobretudo à promoção de habitação a custos acessíveis, capaz de atrair novos residentes e fixar população no Concelho. -----

Concluiu reafirmando que o Executivo estava comprometido com uma estratégia de desenvolvimento sustentada e de longo prazo, assente na melhoria da qualidade de vida dos sardoalenses, na criação de condições para atrair novas famílias e empresas e na valorização do território, reconhecendo que se tratava de um processo gradual, mas que exigia persistência, continuidade e visão de futuro. -----

Não havendo mais intervenções e, considerando o estipulado nos termos do disposto na al. l) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano de 2025, com 11 (onze) votos a favor (10 do PSD e 1 do Chega), 2 (duas) abstenções (Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal e Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela) e 6 (seis) votos contra do PS. ----
Após a votação, o grupo municipal de deputados do PS, apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente,

Terminamos agora de discutir a Proposta de Conta de Gerência do ano de 2025.

Como foi demonstrado, as contas seguem um caminho de degradação da situação financeira do município, apesar de um ou outro indicador terem melhorado.

A estratégia seguida por quem governou e governa atualmente, foi de dar continuidade a uma estratégia que já provou, em demasiados anos que não conduz ao crescimento e desenvolvimento do concelho, seja em população, rendimento per-cápita, ou receitas próprias do município.

Enquanto a estratégia principal de desenvolvimento não assentar nos pilares habitação, ampliação da zona industrial, conclusão da revisão do PDM, os objetivos antes referidos não serão alcançados, e passado que está mais um ano de governação do PSD, estamos no mesmo ponto, por sinal, o mesmo ponto de há vários anos.

Olhando para os resultados de 2025, destacamos os seguintes indicadores:

- Um Resultado Líquido do Exercício Negativo na ordem dos 547.000€. Em 2024 foi 329.921,00€ ;

- Despesas com pessoal na ordem de 5,049 milhões de €, representam agora cerca de 65% da Despesa Corrente, cada vez mais próximas do limite legal;

- As Receitas próprias estagnada, altamente dependente de impostos nacionais, afetos aos municípios, como sejam parte do IRS, IMI, IMT, IUC e Derrama) ou seja 1.033.000 € dos quais 588.000 € de Impostos.

- Equilíbrio orçamental negativo, ou seja, desequilíbrio orçamental de mais de 755 mil euros, mais negativo que o ano anterior.

Continuamos a ser dos Concelhos do país com menor índice de rendimento per capita, com menores rácios de criação de riqueza ao mesmo tempo que somos dos concelhos mais envelhecidos e onde menos se nasce, apesar de dispormos de condições ímpares de habitabilidade quer em termos geográficos, quer em termos meteorológicos.

O tempo demonstrou e continua a demonstrar que a estratégia desenvolvida está errada, pois não está alinhada com os critérios de decisão de quem procura um novo local para constituir ou deslocar a sua família.

Temos manifestado a nossa discordância com esta política, e os resultados mais recente não nos deixam mais descansados, antes pelo contrário, motivo pelo qual votamos contra a aprovação destes documentos.

Sardoal, 25 de abril de 2026

Pelos Deputados Municipais, que votaram contra,

Adérito Garcia” -----

Por fim, e considerando o nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o nº 4, do artigo 41º, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta as deliberações tomadas. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram dezanove horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Jorge Manuel Gaspar)

A 1ª Secretária

(Ana Maria Simples dos Santos Borges)

A 2ª Secretária

(Patrícia Ferreira Rei)